

7.1 PIS, COFINS e Imposto sobre serviços: O montante refere-se aos tributos diferidos reconhecidos em razão do reconhecimento das receitas de acordo com os custos incorridos (CPC 30 - Receitas). **7.2 Imposto de renda e contribuição social:** O Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos foram registrados sobre o reconhecimento das receitas de acordo com os custos incorridos, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados pela sua natureza, e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32. **7.3 Composição e base de cálculo:**

	Passivo Não Circulante		Resultado
	31/12/2016	31/12/2015	2016
Base de			
Natureza dos créditos	calcúlo	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL
Diferenças			
Temporárias			
Reconhecimento			
de receita	4.341	2.333	1.862
Total	2.333	1.862	(471)

9.2 Remuneração dos administradores: Em 2015 a Companhia não apresentou dispêndios no exercício com profissionais chave da administração. Segue abaixo os valores pagos aos Administradores no exercício de 2016:

	2016		2015	
	Diretoria Estatutária	Total	Diretoria Estatutária	Conselho da Administração
Remuneração (a)	362.940	362.940	488.530	32.975
Benefícios de curto prazo (b)	18.223	18.223	72.594	72.594
Total	381.163	381.163	561.124	32.975

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais. (b) Representa os benefícios com assistência médica e odontológica, subsídio medicamento, vales alimentação e refeição e seguro de vida.

10. Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

	Circulante		Não circulante
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016
Outros créditos - Ativo			
Adiantamentos		91	55
Serviços em curso		321	
Estoques		27	18
Despesas pagas antecipadamente		19	14
Outros		40	311
Total	498	398	-
Outras contas a pagar - Passivo			
Folha de pagamento		191	60
Outros	10.1	721	1.227
Total	912	1.287	310

10.1 Receitas antecipadas: As receitas antecipadas referem-se a adiantamentos recebidos de clientes para execução de projetos, os quais serão reconhecidos no resultado da Companhia na medida em que ocorrerem os custos dos respectivos projetos. **11. Imobilizado:** Os ativos imobilizados são contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados. O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício. A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraído do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 não houve indicação, seja por meio de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, no exercício citado, a Administração julga que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável.

14. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas: **14.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas**

	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Utilização	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	31/12/2016			31/12/2015		
										Encargos Circulante	Principal Circulante	Principal Não circulante	Total	Encargos Circulante	Principal Não circulante
Moeda nacional															
Banco do Brasil - Cartão BNDES	290	25/02/2015	290	25/02/2019	Material para Revenda	0,99% a.m.		Principal e Juros em 48 parcelas iguais	Aval EDP - Energias do Brasil			-	12	73	157
BNDES FINAME - Banco Banrisul	2.352	18/12/2014	1.617	15/01/2020	Investimentos em projetos	0,368% a.m.		Principal e Juros em 48 parcelas	Aval EDP - Energias do Brasil	4	588	1.225	1.817	484	1.133
Banco Indusval	1.560	21/06/2013	1.560	21/06/2013	Investimentos em projetos	CDI + 0,5% a.m.		Principal e Juros em 39 parcelas	a. Direitos Creditórios; b. Fiança BID; c. Aval de Acionista		240	240	20	9	480
Banco Indusval	1.560	21/06/2013	1.560	21/06/2013	Investimentos em projetos	CDI + 0,5% a.m.		Principal e Juros em 39 parcelas	a. Direitos Creditórios; b. Fiança BID; c. Aval de Acionista		240	240	20	9	480
Banco Indusval	521	21/06/2013	521	21/06/2013	Investimentos em projetos	CDI + 0,5% a.m.		Principal e Juros em 39 parcelas	a. Direitos Creditórios; b. Fiança BID; c. Aval de Acionista	80		80	7	3	160
Banco Indusval	2.300	30/04/2015	2.300	30/04/2015	Investimentos em projetos	CDI + 0,49% a.m.		Principal e Juros em 30 parcelas	a. Direitos Creditórios; b. Fiança BID; c. Aval de Acionista	920	307	1.227	60	119	843
Banco Indusval	3.500	11/11/2015	3.500	11/11/2015	Investimentos em projetos	CDI + 0,52% a.m.		Principal e Juros em 42 parcelas	a. Direitos Creditórios; b. Fiança BID; c. Aval de Acionista	1.000	1.916	2.916	74	132	583
Aldemir Spohr	1.902	31/03/2013	1.902	31/03/2013	Capital	1,20% a.m.		Principal e Juros no final do contrato			1.925		29	1.902	1.931
Aldemir Spohr	250	12/03/2015	250	08/06/2016	Capital	1,20% a.m.		Principal e Juros no final do contrato			-		4	250	254
Aldemir Spohr	555	02/05/2015	555	08/06/2016	Capital	1,20% a.m.		Principal e Juros no final do contrato			-		8	555	563
Aldemir Spohr	344	30/09/2015	344	30/09/2015	Capital	1,20% a.m.		Principal e Juros no final do contrato			-		5	344	349
Aldemir Spohr	750	30/11/2015	750	31/01/2017	Capital	1,20% a.m.		Principal e Juros no final do contrato			759		9	750	759
Banco Safra	9.000	08/09/2016	9.000	08/09/2016	Investimentos em projetos	CDI + 3,15003% a.a.		Principal e Juros em parcela única no vencimento	Aval EDP - Energias do Brasil	403	9.000	9.403	248	272	6.904
Total	407	14.752	3.448	18.607	248	272	6.904	6.071	13.495						

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

14.2 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas no exercício

	Valor líquido em 31/12/2015	Ingressos	Pagamentos	Juros provisionados	Transferências	Valor líquido em 31/12/2016
	Circulante					
Principal	6.904	9.000	(3.775)	2.623	14.752	
Juros	248	7.152	(2.154)	2.041	407	
Total	7.152	9.000	(5.929)	2.041	2.895	15.159
Não circulante						
Principal	6.071	-	-	(2.623)	3.448	
Juros	272	-	-	(272)	-	
Total	6.343	-	-	(2.895)	3.448	3.448

14.3 Vencimento das parcelas:

	Vencimento	
	2017	2016
Circulante	15.159	15.159
Não circulante	1.978	1.421
2018	49	
2019	3.448	
2020	18.607	

15. Obrigações Sociais e Trabalhistas: O saldo em 31 de dezembro de 2016 de R\$1.603 (R\$1.390 em 31 de dezembro de 2015), refere-se aos montantes de provisão de férias e respectivos INSS e FGTS e participação nos lucros e resultados.

16. Provisões

Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas

	Não circulante	
	Nota 31/12/2016	31/12/2015
	16.1	526
Total	526	300

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido. **16.1 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas:** A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia. **16.1.1 Risco de perda provável:** A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Passivo				Ativo			
	Saldo em 31/12/2015	Constituição	Pagamentos	Reversões	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015
Trabalhistas	300	217	(3)	(30)	41	525	389	316
Cíveis	-	17	(16)	(3)	1	526	389	316
Total	300	234	(19)	(30)	41	526	389	316
Não circulante	300	-	-	-	-	526	389	316
Total	300	-	-	-	-	526	389	316

recuperável e, portanto, não houve necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável.

11.1. Composição do imobilizado

	31/12/2016				31/12/2015			
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Edificações, obras civis e benfeitorias	12,50	1.205	(182)	1.023	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	10,00	8.270	(2.848)	5.422	10,00	4.538	(2.129)	2.409
Veículos	20,00	157	(69)	88	20,00	208	(117)	91
Móveis e utensílios	10,00	152	(82)	70	10,00	262	(173)	89
Total do Imobilizado em serviço	9,784	(3.181)	6.603	5.008	(2.419)	2.589	4.911	4.911
Imobilizado em curso	10.380		10.380		9.919		(2.419)	7.500
Total do Imobilizado	20.164		(3.181)	16.983				

11.2 Movimentação do imobilizado

	Valor líquido 31/12/2015	Ingressos	Transferência para imobilizado em serviço	Depreciações	Baixas	Reclassificação	Valor líquido 31/12/2016	
	Imobilizado em serviço							
Edificações, obras civis e benfeitorias	-		1.089	(132)		66	1.023	
Máquinas e equipamentos	2.409		3.817	(742)		(62)	5.422	
Veículos	91		37	(40)			88	
Móveis e utensílios	89		5	(41)		(65)	70	
Total do Imobilizado em serviço	2.589	-	4.911	(796)	(40)	(61)	6.603	
Imobilizado em curso								
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	2.948					2.948	
Máquinas e equipamentos	-	7.186					7.186	
Adiantamento a fornecedores	-	19					19	
A reatear	-	224					224	
Outros	4.911	3	(4.911)				3	
Total do Imobilizado em curso	4.911	10.380	(4.911)	-	-	(61)	10.380	
Total do Imobilizado	7.500	10.380	-	(796)	(40)	(61)	16.983	

12. Intangível: Os ativos intangíveis estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1). A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

12.1 Composição do Intangível

	31/12/2016				31/12/2015			
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Software	20,00	182	(126)	56	20,00	122	(36)	86
Total do Intangível em serviço	182	(126)	56	86	122	(36)	86	-
Intangível em curso	34	34	34	34	34	34	34	34
Total do Intangível	216	(126)	90	122	(36)	86	86	86

12.2 Movimentação do intangível

	Valor líquido 31/12/2015	Ingressos	Amortizações	Reclassificação	Valor líquido 31/12/2016
	Intangível em serviço				
Software	86		(91)	61	56
Total do Intangível em serviço	86	-	(91)	61	56
Intangível em curso	-	34	-	-	34
Total do Intangível em curso	-	34	-	-	34
Total do Intangível	86	34	(91)	61	90

13. Fornecedores: São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável. O saldo em 31 de dezembro de 2016 de R\$3.855 (R\$3.375 em 31 de dezembro de 2015) refere-se a valores a pagar relativos à compras de materiais e serviços.

16.1.1.1 Trabalhistas: Referem-se a diversas ações trabalhistas que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, reintegração, adicionais de periculosidade, verbas rescisórias e seus reflexos.

16.1.2 Risco de perda possível

	31/12/2016			Total	31/12/2015			Total
	Encargos Circulante	Principal Circulante	Principal Não circulante		Encargos Circulante	Principal Não circulante	Principal Não circulante	
Trabalhistas	7	221	-	228	-	-	-	-
Cíveis	3.768	3.396	-	7.164	-	-	-	-
Total	3.775	3.617	-	7.392	-	-	-	-

16.1.2.1 Cíveis: A Companhia é parte em seis disputas judiciais que discutem suposto descumprimento contratual e possuem o valor estimado em 31 de dezembro de 2016 de R\$3.768 (R\$ 3.617 em 31 de dezembro de 2015). **17. Patrimônio líquido: 17.1 Capital social:** O Capital social em 31 de dezembro de 2016 totalmente subscrito e integralizado é de R\$17.043 (R\$14.343 em 31 de dezembro de 2015), composto de 14.499.395 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e integralmente detidas pela EDP GRID. Foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária - AGE, realizada em 29 de abril de 2016, o aumento de capital da Companhia no valor de R\$2.700, sem emissão de novas ações, mediante a capitalização de créditos de titularidade da EDP GRID. As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável. A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social. **18. Receitas:** As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que: (i) os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador; (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade; (iii) os custos associados possam ser estimados de maneira confiável; e (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. A receita é reconhecida com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por referência aos custos incorridos. As operações de vendas a prazo foram descontadas ao seu valor presente na data das transações, em função de seus prazos, com base na taxa do custo médio ponderado de capital de cada projeto que reflete, na avaliação da Administração, os custos e riscos específicos da sua carteira de recebíveis. O ajuste a valor presente das vendas a prazo tem como contrapartida a rubrica de Clientes (Nota 5) e sua realização é registrada como receita de vendas pela fluência do prazo. Devido às características e condições do seu negócio, as vendas realizadas a prazo tem caráter de financiamento o que, com base no CPC 12, caracteriza o registro da realização do ajuste a valor presente como Receita de Vendas.

19. Gastos operacionais: Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros. Conforme requerido no artigo 187 da Lei n° 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia. Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custos: contempla os gastos diretamente vinculados a prestação de serviços e venda de mercadorias; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis às fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, provisões judiciais, e demais gastos.

	Venda de Produtos e Mercadorias		Serviços prestados a terceiros		Recursos de Venda	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Produção de Vapor	6.751					
Revenda de Mercadorias	1.625	12.855				
Total	8.376	12.855				
Ativo						
Depósito judicial						
31/12/2016						
Trabalhistas	7	221				
Cíveis	3.768</					

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	2016					2015
	De operação e produção	Custos Prestado a terceiros	Despesas Operacionais			Total
			Gerais e administrativas	Outras	Total	
Custo da matéria prima consumida	2.817					2.817
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	1.199	2.849	2.877		6.925	8.732
Material		943	596		1.539	11.224
Serviços de terceiros	115	3.505	1.148		4.768	4.889
Depreciação	796				796	544
Amortização			91		91	11
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas				204	204	308
Aluguéis e arrendamentos	25	116	403		544	291
Outras	33	(181)	332		1	185
Total	4.985	7.232	5.447	205	17.869	27.896

20. Resultado financeiro

	Nota	2016	2015
Receitas financeiras			
Renda de aplicações financeiras e caução	234	4	
Outras receitas financeiras	61	4	
Total	295	8	

	2016	2015
Despesas financeiras		
Juros e multa sobre impostos	(954)	
Encargos de dívidas	14.2	(2.041)
Provisões e atualizações monetárias cíveis, fiscais, trabalhistas e outros	(41)	
Outras despesas financeiras	(431)	(344)
Total	(2.513)	(3.916)

21. Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas às alíquotas de 8% e 12%, respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo a legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para o imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o que exceder R\$60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%. As despesas com imposto de renda e contribuição social correntes são reconhecidas no resultado. A Companhia optou pelo regime de caixa onde é admissível a tributação da receita bruta somente por ocasião do efetivo recebimento.

	2016	2015
Lucro (Prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	(2.180)	1.132
Alíquota	34%	34%
IRPJ e CSLL	741	(385)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
Ajuste lucro presumido	(2.767)	(2.522)
Outras	24	
Despesa de IRPJ e CSLL	(2.002)	(2.907)
Alíquota efetiva	-92%	257%

22. Resultado por ação: O resultado básico por ação da Companhia para os exercícios apresentados é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações em poder dos acionistas. No exercício de 2016, a Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	2016	2015
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	(4.182)	(1.775)
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	14.499	14.499
Resultado líquido do exercício atribuível (reais/ação)	(0,28843)	(0,12242)

23. Instrumentos financeiros e gestão de riscos: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada

	Nota	Níveis	Valor justo		Valor contábil	
			31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
			Reapresentado		Reapresentado	
Ativos financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa	4					
Aplicações financeiras	Nível 2	2.075	1.332	2.075	1.332	
Mantidos até o vencimento						
Cauções e depósitos vinculados	8	356	256	356	256	
Empréstimos e recebíveis						
Caixa e equivalentes de caixa	4					
Bancos conta movimento		977	71	977	71	
Clientes	5	17.952	16.495	17.952	16.495	
		21.360	18.154	21.360	18.154	
Passivos financeiros						
Outros ao custo amortizado						
Fornecedores	13	3.855	3.375	3.855	3.375	
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	14					
Moeda nacional		18.659	13.495	18.607	13.495	
		22.514	16.870	22.462	16.870	

23.1.2 Valor justo: Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela BM&FBovespa, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares. As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração do valor justo são divulgadas a seguir levando em consideração seu prazo e relevância do instrumento financeiro: (i) Empréstimos e financiamentos: são mensurados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto. **23.1.2.1 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros:** A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia: (a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; (b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados

regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração. Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções. **23.1 Instrumentos financeiros:** Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação. A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento ou quando os títulos expirarem. **23.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros:** Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo: • **Mantidos até o vencimento:** Se a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos financeiros, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável. • **Valor justo por meio do resultado:** Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial, e se a Companhia gerencia os investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. • **Empréstimos e recebíveis:** São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo método do custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. • **Outros ao custo amortizado:** São designados para essa categoria os ativos e passivos financeiros cujo o registro é o montante pelo qual os mesmos são mensurados em seu reconhecimento inicial, menos as amortizações de principal, mais os juros acumulados calculados com base no método da taxa de juros efetiva menos qualquer redução por ajuste ao valor recuperável ou impossibilidade de pagamento.

ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e (c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado. A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuais. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício. **23.2 Gestão de risco:** A política de gestão de riscos da EDP - Energias do Brasil abrange todas as suas unidades de negócios e está alinhada à estratégia do Grupo EDP em suas operações no mundo. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão. **23.2.1 Risco de mercado:** O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. Os Empréstimos e financiamentos captados pela Companhia apresentados na nota 14, possuem como contraparte os bancos BNDES, Banrisul, Indusval e Safra. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia possui um risco de mercado associado ao CDI. Deve-se considerar que a Companhia está exposta a oscilação

da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações. A Companhia não possui exposições à variação cambial e juros atreladas a dívidas em moeda estrangeira. **23.2.1.1 Análise de sensibilidade:** As análises de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos

Operação	Risco	Aging cenário provável				
		Até 1 ano	Provável	Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Aplicação financeira - CDB	CDI	409	409	102	205	(102)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	409	409	102	205	(102)
Empréstimos e financiamentos - CCB	CDI	(558)	(558)	(140)	(283)	138
Instrumentos financeiros passivos	CDI	(558)	(558)	(140)	(283)	138
		(149)	(149)	(38)	(78)	36

A curva futura do indicador financeiro CDI está de acordo com o projetado pelo mercado e está alinhado com a expectativa da Administração da Companhia. O CDI teve seu intervalo entre 11,75% e 13,25%. **23.2.2 Risco de liquidez:** O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentados na nota 14. A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas. Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4) e Clientes (Nota 5). A Companhia em 31 de dezembro de 2016 tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Clientes, os saldos apresentados compreendem um fluxo estimado para os recebimentos. Os riscos de liquidez atribuídos à rubrica de Empréstimos e financiamentos referem-se a juros futuros que, consequentemente, não estão contabilizados e encontram-se demonstrados na nota 24. A Companhia também gerenciam o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2016, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

Até 1 mês	31/12/2016			31/12/2015	
	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Total	Total
Passivos Financeiros					
Fornecedores	3.040			3.855	3.375
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	256	547	14.136	3.448	18.607
Total	3.296	1.310	14.408	3.448	22.462

23.2.2.1 Capital Circulante Líquido - CCL: O capital circulante líquido, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, em 31 de dezembro de 2016 foi negativo na Companhia em R\$9.731 (R\$3.246 negativo em 31 de dezembro de 2015). O CCL negativo deve-se, principalmente, ao modelo de negócio empregado, que consiste na captação de empréstimos e financiamentos para o investimento nos projetos, com retorno do investimento a longo prazo. A Administração da Companhia entende que possui liquidez satisfatória, mesmo com o capital circulante líquido negativo, representando condições adequadas para cumprir as obrigações operacionais de curto prazo e, se necessário, pode contar ainda com aportes de capital de sua controladora. **23.2.3 Risco de crédito:** O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada a rubrica de Caixa e equivalentes de caixa e Clientes. O risco decorrente da possibilidade da Companhia em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos. As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma

proporção equilibrada e menos sujeita a perdas. A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais. **23.2.4 Gestão de capital:** Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e manter a liquidez financeira adequada. Para manter ou ajustar a estrutura do capital e a liquidez financeira, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações, fazer novos financiamentos ou refinanciar as dívidas existentes.

Total dos empréstimos (-) Caixa e equivalentes de caixa	31/12/2016			31/12/2015	
	2017	2018 a 2019	Total Geral	Total Geral	Total Geral
Dívida líquida	15.555	12.092			
Total do Patrimônio Líquido	1.753	3.235			
Total do capital	17.308	15.327			
Índice de alavancagem financeira - %	89,87%	78,89%			

24. Compromissos contratuais e Garantias: 24.1 **Compromissos contratuais:** Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento. Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia, inclusive aqueles compromissos contratuais que ultrapasam a data final da concessão, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) do Grupo EDP.

	31/12/2016			31/12/2015	
	2017	2018 a 2019	Total Geral	Total Geral	Total Geral
Obrigações de compra	27.139	21.760	48.899		20
Materiais e serviços	827	150	977		12.601
Juros Vincendos de Empréstimos e Financiamentos	29.966	21.910	49.876		12.621

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2016, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	31/12/2016			31/12/2015	
	2017	2018 a 2019	Total Geral	Total Geral	Total Geral
Obrigações de compra	21.815	18.490	40.305		24
Materiais e serviços	851	167	1.018		13.439
Juros Vincendos de Empréstimos e Financiamentos	22.666	18.657	41.323		13.463

24.2 Garantias

Tipo de garantia	Modalidade	31/12/2016		31/12/2015	
		Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Aval de acionista	Empréstimos e financiamentos	14.000	5.700	10.700	10.700
Depósito Adicionado	Outros	1.600	1.600		
Fiança bancária	Empréstimos e financiamentos	1.040	(*)	1.840	(*)
Fiança corporativa	Empréstimos e financiamentos	1.800	1.800		
Recebíveis	Empréstimos e financiamentos	10.707	10.707	4.330	4.330
Notas promissórias	Outros				
Seguro Garantia				34.863	110.954

25. Cobertura de seguros: A Companhia mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas e regidas por norma de contratação e manutenção de seguros aprovado pela Diretoria do Grupo EDP - Energias do Brasil. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes. Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

A Companhia em 31 de dezembro de 2016 possui cobertura de Responsabilidade Civil, estendida para a Companhia, com os limites conforme apresentados abaixo: (i) Responsabilidade civil geral, com cobertura de até R\$50.000; (ii) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R\$17.990; e (iii) Responsabilidade civil de administradores e diretores, com cobertura de até R\$80.245. **26. Eventos subsequentes:** 26.1 **Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC:** A Diretoria da controladora, em reunião realizada em 24 de janeiro de 2017, deliberou pelo AFAC na Companhia no montante de R\$3.000, realizado em 31 de janeiro de 2017.

Conselho de Administração	Diretoria
Carlos Emanuel Baptista Andrade - Presidente	Aldemir Spohr - Diretor-Presidente
João Carlos de Abreu Guimarães - Vice-Presidente	Fernando Peixoto Saliba - Diretor
Fernando Peixoto Saliba - Conselheiro	André Luis Nunes de Mello Almeida
Daniel Shem Cheng Chen - Conselheiro	Diretor de Contabilidade, Tributos e Gestão de Ativos
	Renan Silva Sobral - Gestor Contabilidade UND e UNC
	Contador - CRC 1SP271964/O-6 "S" RS